

FINANCIADORA RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores acionistas: Atendendo às disposições sociais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019. I. **Desempenho operacional:** As atividades operacionais da Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financieira") têm por objetivo o financiamento das operações de crédito pessoal e CDC, além de contrato de parceria para financiamento dos usuários do cartão de crédito Lojas Quero-Quero/Verdecard, administrado e emitido pela bandeira Verdecard, cartões de crédito private label para supermercados, emitidos e administrados pela bandeira Sigacred, cartão de crédito Breithaupt e cartão de crédito Holz emitido e administrado pela Companhia, através da aplicação de recursos próprios e coletados de terceiros e partes relacionadas. Em 24 de outubro de 2017, foi prorrogado o contrato de parceria entre a Financieira e as Lojas Quero-Quero e Verde Administradora de Cartões de Crédito S.A. com condições de Não Exclusividade, vigência até 5 de outubro de 2020 e possibilidades de renovação ao final deste. Além de uma operação estruturada para o FIDC Verdecard (Lojas Quero-Quero/Verdecard). Depois de concluir a estruturação de suas operações em 2011, a Financieira passou a operar a partir de março de 2012 no mercado de crédito pessoal e CDC através de novas parceiras fora do Grupo Quero-Quero. II. **Títulos e Valores Mobiliários:** Em atenção ao disposto no art. 8º da Circular nº 3.068/01, do Banco Central do Brasil, a Via Certa Financiadora S.A. possui títulos e valores mobiliários classificados como títulos mantidos "para negociação" em 30 de junho de 2020. Adicionalmente, a Financieira não operou com instrumentos financeiros derivativos ao longo do semestre. III. **Gestão Integrada de Risco:** Em atendimento à Resolução nº 4.557/17 do Banco Central do Brasil, a Financieira estabeleceu uma estrutura de Gestão Integrada de Riscos responsável pela identificação, pela avaliação, pelo monitoramento, pelo controle e pela mitigação dos riscos da instituição. Essa estrutura, através de metodologia apropriada, realiza avaliações periódicas nos processos identificando os riscos inerentes, tratando-os de maneira adequada à sua mitigação. O relatório descritivo do gerenciamento do risco operacional encontra-se na sede da Financieira. IV. **Gerenciamento de capital:** A estrutura para gerenciamento de capital da Financieira está definida com base na Resolução CMN nº 4.557/2017 e prevê procedimentos para apuração de Patrimônio de Referência Exigido, Patrimônio de Referência, Índice de Basileia, limites mínimos, elaboração de plano de capital, testes de estresse e relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação de capital. V. **Ouidivoria:** Esse componente organizacional está implementado desde 30 de setembro de 2007, e estamos buscando continuas melhorias para atendimento integral às determinações da Resolução nº 3.849/19 do Bacen. Atualmente, mantemos registradas todas as solicitações efetuadas ao canal de comunicação do Oudivoria. Também deixamos o cliente sempre informado sobre a existência do canal de atendimento e damos o pronto atendimento com a resolução das solicitações dentro dos prazos previstos. Além disso, mantemos atualizados os documentos sociais com as menções sobre as estruturas da Ouidivoria e as atribuições do Diretor de Ouidivoria.

Balancos Patrimoniais		em 30/06/2020 e 31/12/2019 (Em milhares de reais)	
Ativo	Nota	30/06/2020	31/12/2019
Caixa e Equiv. de Caixa	4	104.386	75.950
Disponibilidades		979	991
Títulos e valores mobil.		103.407	74.959
Instrumentos Financeiros	5	236.808	281.838
Operações de crédito		225.693	268.350
Outros créditos - com característica de crédito		11.115	13.488
Provisão p/perdas esperadas			
Associadas ao risco de crédito	5	(56.940)	(65.865)
Operações de crédito		(49.837)	(58.153)
Outros créditos - com característica de crédito		(7.103)	(7.712)
Créditos tributários	6	8.997	9.534
Outros créditos	7	2.412	3.330
Imobilizado de uso	8	7.449	7.444
Intangível	8	2.913	2.912
Deprec. e amortizações	8	(4.418)	(3.826)
Total do ativo		301.607	311.317

Demonstrações de Resultados dos semestres findos em 30/06/2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto lucro por lote de mil ações)			
	Nota	2020	2019
Receitas da intermediação financeira		81.530	90.883
Operações de crédito	15	80.432	89.232
Resultado de operaç. com títulos e valores mobiliários		1.098	1.651
Despesas da intermediação financeira		(37.606)	(53.662)
Operações de captação no mercado		(5.414)	(9.039)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5(d)	(32.192)	(44.623)
Resultado bruto da intermediação financeira		43.924	37.221
Outras receitas/(despesas) operacionais		(42.365)	(36.411)
Receitas de prestação de serviços	16	5.848	13.529
Despesas pessoais		(4.361)	(4.243)
Outras despesas administrativas	17	(39.234)	(40.551)
Despesas tributárias	18	(3.867)	(4.683)
Outras receitas operacionais		247	372
Outras despesas operacionais		(998)	(872)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		1.559	810
Imposto de renda e contribuição social	14	(618)	(291)
Provisão para imposto de renda		(46)	(1.264)
Provisão para contribuição social		(35)	(792)
Ativo fiscal diferido		(537)	1.765
Lucro líquido do semestre		941	519
Quant. de ações do capit. soc. por lote de mil ações		100.000	100.000
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		9,41	5,19

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para semestres findos em 30/06/2020 e 2019 (Em milhares de reais)		
	2020	2019
Reserva de lucros		
Legal	2.302	1.910
Estatutária	-	-
Lucr. acum.	-	-
Saldos em 1º de janeiro de 2019	33.288	37.500
Lucro líquido do semestre	-	519
Destinação dos lucros:		
Reserva legal	26	(26)
Reserva estatutária	-	493
Dividendos distribuídos	-	(2.316)
Saldos em 30 de junho de 2019	33.288	35.703
Mutações do semestre	26	(1.823)
Saldos em 1º de janeiro de 2020	33.288	36.485
Lucro líquido do semestre	-	941
Destinação dos lucros:		
Reserva legal	47	(47)
Reserva estatutária	-	894
Dividendos distribuídos	-	(825)
Saldos em 30 de junho de 2020	33.288	36.596
Mutações do semestre	47	69

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional: A Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financieira") instituição financeira privada nacional, com sede em Santo Cristo, Estado do Rio Grande do Sul, foi constituída em 20 de agosto de 2001, com a denominação social de Quero-Quero Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, e está autorizada a operar com financiamento de operações de compra a prazo, de operações de crédito pessoal e antecipação de recebíveis, através da aplicação de recursos próprios, captados de terceiros e partes relacionadas. Sua constituição, formalizada em Ata de Assembleia Geral com a instituição, recebeu autorização para funcionamento através do despacho de 5 de julho de 2002 do Banco Central do Brasil, publicado no Diário Oficial da União de 10 de julho de 2002, retificado no dia 15 de julho de 2002, tendo iniciado as atividades operacionais em novembro de 2002. A acionista Via Certa Participações e Investimento S/A é sua controladora e possui a totalidade das ações. As atividades operacionais da Financieira tem por objetivo principal o financiamento das operações de compra a prazo, operações de crédito pessoal e oferta de crédito rotativo aos clientes portadores do cartão de crédito da Via Certa Financiadora S.A. - CFI, através da aplicação de recursos próprios e captados de terceiros. Visando a ampliar seu mercado de atuação anteriormente restrito ao Grupo Quero-Quero, com o qual possui contrato de parceria com vigência até 5 de outubro de 2020 com as Lojas Quero-Quero S.A. e a Verde - Administradora de Cartões de Crédito S.A. com condições de não exclusividade, a Financieira concluiu a substituição de todo o parque de tecnologia da informação e contratou consultorias especializadas em mitigação de riscos, tecnologia da informação e contabilização e passou a operar no mercado de crédito pessoal e CDC através de novas parceiras, as quais representam, aproximadamente, 61,2% (69,7% em 2019) das operações de crédito da Financieira em 30 de junho de 2020.

Demonstrações do Resultado abrangente dos semestres findos em 30/06/2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto lucro por lote de mil ações)		
	2020	2019
Lucro Líquido do semestre	941	519
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do semestre	941	519

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa semestres findos em 30/06/2020 e 2019 (Em milhares de reais)		
	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais	941	519
Lucro líquido do semestre após o I.R. e contribuição social		
Ajustes por:		
Constituição provisão p/operação crédito liquidação duvidosa	32.192	44.623
Provisão passivos contingentes	99	246
Depreciações e amortizações	566	424
Despesas imposto de renda e contribuição social	618	291
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais	33.505	45.584
Varições nos ativos e passivos	(4.740)	(17.548)
Redução/(Aumento) em operações de crédito	3.913	(38.951)
Redução em outros créditos	918	2.177
(Redução)/Aumento em depósitos a prazo	(1.735)	4.991
(Redução)/Aum. recursos de aceites cambiais e emissão de títulos	(7.452)	25.784
(Redução) em outras obrigações	(384)	(7.049)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(75)	(1.651)
Caixa liq. proveniente das/(utilizado nas) atividades operacionais	29.631	26.904
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(12)	(141)
Aquisição de intangível	(358)	(300)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(370)	(441)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(825)	(2.316)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(825)	(2.316)
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa e equivalentes de caixa	28.436	24.147
No início do período	75.950	48.987
No fim do período	104.386	73.134
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	28.436	24.147

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de acordo com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), atualizado em 2019 pelo Banco Central do Brasil até o momento. As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como estimativa do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A Financieira efetua a revisão das estimativas e das premissas pelo menos trimestralmente. Em 24 de setembro de 2020, a Diretoria executiva aprovou as demonstrações financeiras e autorizou divulgá-las, a partir dessa data.

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO		31/12/2019	
De	Para	Publicado em 31/12/2019	Reapresentação
Outras obrigações - diversas		10.861	(10.861)
Passivos contingentes		512	512
Outras obrigações - diversas		10.349	10.349

3 Descrição das principais práticas contábeis: a. **Moeda funcional:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Financieira. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. b. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, quando aplicável, aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. c. **Auração de resultados:** O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados em que ocorreram simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, exceto quando aplicada a Resolução 2.682/99, que abrange a apuração ao regime de caixa quando ocorrer operações renegociadas e/ou em atraso superior a 59 dias. d. **Títulos e valores mobiliários:** De acordo com a Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001 do Bacen, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas: mantidos para negociação sob os seguintes critérios de contabilização: (i) **Títulos para negociação** - Adquiridos com a intenção de serem ativamente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. (ii) **Títulos disponíveis para a venda** - Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. (iii) **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. e. **Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As operações estão classificadas de acordo com as características de garantia e os valores individuais envolvidos, e a constituição da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa foi definida para cobrir eventuais perdas e leva em consideração os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 do CMN. As baixas de operações de crédito contra prejuízo (write-offs) são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle das operações de crédito ocorre em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos, não sendo registrados posteriormente. As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações renegociadas são mantidas, no máximo, no mesmo nível em que estavam quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. De acordo com a Resolução CMN nº 4.803 de 09/04/2020, excepcionalmente fica permitido que as instituições financeiras reclassifiquem, para o nível em que estavam classificadas em 29/02/2020, as operações renegociadas entre os meses de março e setembro de 2020, exceto operações com atraso igual ou superior a quinze dias e com evidências de incapacidade financeira. f. **Imobilizado de uso e intangível:** O imobilizado de uso é registrado pelo valor de custo. As depreciações são classificadas pelo método linear utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios, instalações e aeronave e 20% para sistema e equipamentos de processamento de dados e veículos. O ativo intangível está representado por gastos com implementação de software. A amortização para os projetos concluídos é calculada pelo método linear, pelo prazo de cinco anos até sua total amortização. Ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável (impairment) em períodos anuais, ou em maior frequência, se as condições ou as circunstâncias indicarem possibilidade de redução do valor de recuperação destes. g. **Tributos:** Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

	30/06/2020	2019
Itens base do diferimento		
Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	5.471	3.283
Outras provisões passivas	152	91
Total	5.623	3.374
Alíquotas vigentes		
Imposto de renda (15% + adicional de 10%)	25%	
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	15%	
PIS/PASEP	0,65%	
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	4%	

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporariamente indebitáveis, prejuízo fiscal e de imposto de renda e base negativa de contribuição social. As alíquotas aplicáveis são de 15% para a contribuição social e de 15% (mais adicional de 10% conforme a legislação) para imposto de renda sobre o lucro tributável apurado no período, ajustado por diferenças permanentes e temporárias. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas e pela geração de lucros tributáveis, observando, para o prejuízo fiscal e base negativa, o limite de 30% do lucro real do período-base. Esses créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnico e as análises realizadas pela Administração. h. **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e passivos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisão, passivos e ativos contingentes aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/2009: • **Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização. • **Passivos contingentes** - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. A Financieira reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos. As provisões registradas nas demonstrações financeiras decorrem, basicamente: • De processos judiciais e/ou administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda das contingências cíveis e trabalhistas são classificada como remota, possível ou provável com base no julgamento dos assessores jurídicos, sobre o fundamento jurídico da causa e a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da instituição. Considerando a imprecisão do ordenamento jurídico para previsão de eventuais perdas, é entendido que as avaliações estarão sujeitas a atualizações mensais. São constituídas provisões para os casos classificados como perda provável em que o "valor do risco de perda" possa ser determinado ou estimado. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação. l. **Estimativas:** Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras da Financieira incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, outras provisões e projeções de realização de créditos tributários. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A Financieira revisa as estimativas e as premissas pelo menos trimestralmente. j. **Representação de saldos comparativos:** O Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2019, apresentado para fins de comparação, foi reclassificado conforme Resolução nº 4.720/19 do CMN e Circular nº 3.959/19 do Bacen. Como consequência, as nomenclaturas e/ou os saldos apresentados nessas demonstrações financeiras podem diferir daquelas apresentadas em períodos anteriores conforme demonstrado nas tabelas a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa:		30/06/2020		31/12/2019	
		2020	2019	2020	2019
Disponibilidades (a)		979	991	979	991
Títulos e valores mobiliários (b)		103.407	74.959	103.407	74.959
Total		104.386	75.950	104.386	75.950

(a) Disponibilidades são representadas por depósitos bancários. (b) Em 30 de junho de 2020, a Financieira possuía somente cotas de fundo de investimento referenciado Depósitos Interfinanceiros (DI), classificadas como "mantidos para negociação" sem vencimento, administradas pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul, pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco Sicredi SA, pelo Banco do Brasil S.A. e pelo Banco Bradesco S.A. e registradas pelos seus valores de mercado, no montante de R\$ 103.407 (R\$ 74.959 em 2019). O valor das cotas dos fundos é disponibilizado pelos respectivos administradores, que levam em consideração informações de mercado ou modelos de precificação. Em 30 de junho de 2020, não havia posições em aberto envolvendo instrumentos financeiros e derivativos.

5 Operações de crédito e outros créditos com característica de crédito: As operações de crédito são compostas de empréstimos e financiamentos concedidos a pessoas físicas e jurídicas, decorrentes de operações de aquisições de mercadorias através de Cartão Verdecard, Cartão Sigacred, Cartão Breithaupt, Cartão Holz, Crédito Pessoal, CDC e Antecipação de recebíveis. A rubrica de "outros créditos" refere-se a títulos com característica de concessão de crédito e operações recebíveis em transferência da Verde Administradora de Cartões S.A., das Lojas Quero-Quero S.A. e da Sigacred Administradora Ltda. ainda não faturados e/ou não vendidos. Essas operações estão classificadas de acordo com o previsto na Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 do CMN, em função das características de garantia e dos valores individuais envolvidos.

Alíquotas vigentes		31/12/2019	
De	Para	Publicado em 31/12/2019	Reapresentação
Carteira própria		74.959	(74.959)
Títulos e valores mobiliários		74.959	74.959
Sector privado		281.838	(281.838)
Operações de crédito		271.648	268.350
Outros créditos - com característica de crédito		10.190	13.488
Provisão p/ operações de cred. liquidação duvidosa		(65.865)	(65.865)
Provisão p/perdas esperadas		(65.865)	(65.865)
Associadas ao risco de crédito		(65.865)	(65.865)
Outros créditos diversos		12.864	(12.864)
Créditos tributários		9.534	9.534
Outros créditos		3.330	3.330
Depreciações acumuladas		(2.513)	2.513
Amortizações acumuladas		(1.313)	1.313
Depreciações e amortizações		(3.826)	(3.826)

Operações de crédito em 30/06/2020		em 30/06/2020	
Nível	Emprest. e antecipação de receb.	Financiamento CDC	Outros créditos c/característica concess. crédito
A	90.324	48.873	788
B	8.376	2.049	545
C	6.128	836	483
D	8.035	1.062	961
E	8.001	895	1.075
F	6.916	680	778
G	6.231	657	711
H	33.346	3.284	5.774
Total	167.357	58.336	11.115

Operações de crédito em 31/12/2019		em 31/12/2019	
Nível	Emprest. e antecipação de receb.	Financiamento CDC	Outros créditos c/característica concess. crédito
A	109.850	58.674	1.333
B	9.671	2.515	959
C	8.983	1.172	1.188
D	8.639	849	1.036
E	8.088	642	1.077
F	6.860	614	823
G	6.838	544	832
H	40.747	3.664	6.240
Total	199.676	68.674	13.488

Table with columns for Natureza, 30/06/2020, and 31/12/2019. Rows include Trabalhista, Civil, Total, and various administrative expenses.

Table with columns for Natureza, 30/06/2020, and 30/06/2019. Rows include Imposto de renda e contribuição social, Lucro antes do imposto de renda, and Receita de operações de crédito.

Table with columns for Natureza, 30/06/2020, and 30/06/2019. Rows include Receita de prestação de serviços, Outras despesas administrativas, and Despesas tributárias.

Table with columns for Natureza, 30/06/2020, and 30/06/2019. Rows include Despesas de serviços de terceiros, Despesas com serviços técnicos especializados, and Despesas com viagens.

Table with columns for Natureza, 30/06/2020, and 30/06/2019. Rows include Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), and Imposto Sobre Serviços (ISS).

Table with columns for Natureza, 30/06/2020, and 30/06/2019. Rows include Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), and Imposto Sobre Serviços (ISS).

Table with columns for Natureza, 30/06/2020, and 31/12/2019. Rows include Transações com partes relacionadas, Ativo, and Resultado.

Table with columns for Natureza, 30/06/2020, and 30/06/2019. Rows include Ativo, Resultado, and Resultado.

Table with columns for Natureza, 30/06/2020, and 30/06/2019. Rows include Ativo, Resultado, and Resultado.

Table with columns for Natureza, 30/06/2020, and 30/06/2019. Rows include Ativo, Resultado, and Resultado.

Table with columns for Natureza, 30/06/2020, and 30/06/2019. Rows include Ativo, Resultado, and Resultado.

Table with columns for Natureza, 30/06/2020, and 30/06/2019. Rows include Ativo, Resultado, and Resultado.

Table with columns for Natureza, 30/06/2020, and 30/06/2019. Rows include Remuneração, Encargos sociais, Total, and Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros.

Table with columns for Natureza, 30/06/2020, and 31/12/2019. Rows include Patrimônio líquido, B - Patrimônio de referência para fins de limites operacionais, and Alotação de capital.

Table with columns for Natureza, 30/06/2020, and 30/06/2019. Rows include C - Patrimônio de referência exigido (1+2+3), D - Alotação de capit. p/ cobertura de risco das operac., and Valor da margem ("B"- "C"- "D").

Table with columns for Natureza, 30/06/2020, and 30/06/2019. Rows include G - Margem sobre o Adicional de Capital ("E"-F), H - Patrimônio de Referência Requerido por RWA e para RBAN, and J - Total das exposições ponderadas pelo risco ("C"/Fator F).

Table with columns for Natureza, 30/06/2020, and 30/06/2019. Rows include K - Capacidade de alavancagem: ("E"/Fator F), L - Índice de Basileia: ("B"/("C"/Fator F)), and M - Índice de Basileia amplo: ("B"/(("C"/Fator F)+ "D").

Table with columns for Natureza, 30/06/2020, and 30/06/2019. Rows include b. Limites Operacionais: O Banco Central estabeleceu, conforme Circular nº 3.686/2013, os procedimentos para aplicação dos limites e dos padrões mínimos regulamentares.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, Santo Cristo - RS. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Além disso - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pelo administrador, do básico contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.